



**O TRABALHO COM AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS SOBRE INDÍGENAS
E NEGROS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**WORKING WITH ETHNIC-RACIAL ISSUES ABOUT INDIGENOUS AND BLACKS IN
CHILDREN'S EDUCATION**

Gilmara Silva de Oliveira Scher¹

RESUMO

O presente artigo discute a implementação das Leis nº 11.645/2008, que instituiu o ensino da cultura indígena nas escolas brasileiras, e da Lei nº 10.639/03 instituída a fim incluir e garantir o ensino das relações étnico-raciais referentes à cultura africana e afro-brasileira, tão importantes para conhecer a História do Brasil e a sua formação ao longo do tempo. Assim, justifica-se o presente artigo pelo fato de que ainda nos dias atuais, muitas escolas ainda tem dificuldade para trabalhar com o tema, e quando trabalham se limitam a desenvolver projetos voltados para o dia 19 de Abril, Dia do Índio e para o dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. A ideia é trabalhar esses conceitos desde a Educação Infantil a fim de proporcionar as crianças o conhecimento dos aspectos positivos e as contribuições dessas duas etnias, trabalhando, por exemplo, contos e mitos, músicas, culinária, artes, entre outras atividades, que favoreçam não só o conhecimento, mas também o respeito por essas pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Cultura Indígena; Cultura Africana;

ABSTRACT

This article discusses the implementation of Laws nº 11.645/2008, which instituted the teaching of indigenous culture in Brazilian schools, and Law nº 10.639/03 established in order to include and guarantee the teaching of ethnic-racial relations related to African and Afro-Brazilian culture, which are so important for to know the history of Brazil and its formation over time. Thus, this article is justified by the fact that many schools still have difficulty working with the theme, and when they work they are limited to developing projects aimed at April 19, Indian Day and the day November 20th, Black Consciousness Day. The idea is to work on these concepts from Early Childhood Education in order to provide children with the knowledge of the positive aspects and contributions of these two ethnic groups, working, for example, short stories and myths, music, cuisine, arts, among other activities, which favor not only knowledge, but also respect for these people.

KEYWORDS: Education; Indigenous Culture; African Culture.

¹ Licenciada em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE). Professora da rede municipal de São Paulo.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas atuais no Brasil trazem debate sobre as políticas de reconhecimento e consideração às diversidades socioculturais existentes. O debate referente às relações étnico-raciais no ensino de História e em outras disciplinas trazem as expressões socioculturais dos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros, partindo de reflexões a respeito da teoria e da prática.

O reconhecimento das diversidades socioculturais presentes na Carta Magna contribuíram para o Plano Decenal de Educação (1993-2003) e a Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN), que incluiu a discussão sobre a diversidade étnico-racial nos currículos da Educação Básica, destacando-se o Artigo 26 parágrafo 4º: “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia”.

Ainda, os Parâmetros Curriculares Nacionais trazem que: “[...] a realidade plural de um país como o Brasil fornece subsídios para debates e discussões em torno das questões sociais” (PCNs, 2007, p. 23-24).

Isso ocorreu porque dentre outros países, o Brasil foi marcado por um regime escravocrata em que predominava as ideias e imposições eurocêntricas. Após um longo período baseado nesse regime, em que negros eram trazidos da África para trabalhar como escravos em condições extremamente precárias, substituindo muitas vezes os indígenas já escravizados, o estudo das duas culturas talvez venham para minimizar os erros do passado, fazendo a sociedade repensar sobre as questões étnico-raciais (SILVA, 2007).

No âmbito educacional, a orientação quanto ao conteúdo programático inclui a discussão de aspectos da história e da cultura indígena, africana e afro-brasileira caracterizando a formação da população brasileira ao longo da história, assim como o resgate as contribuições na área social, econômica e política brasileira.

Pensando nas Políticas Públicas para o povo negro vêm estas trazem inúmeras discussões a respeito do discurso e das práticas eurocêntricas, homogeneizadoras em relação aos processos sociais e educativos que ocorriam até então no Brasil, trazendo a tona questões relacionadas às relações étnico-raciais (BARBOSA, 2011).

Questões como o racismo e a discriminação, estão muito presentes no passado do povo brasileiro e infelizmente ainda estão presentes nos dias de hoje, havendo a necessidade da área da Educação fazer a diferença, discutindo temas referentes à cultura africana e afro-brasileira a fim de contribuir para a visão dos educandos e consequentemente da sociedade reconhecendo e valorizando sua origem, história social, cultural e política.

Por esse motivo a escola, apresenta consequentemente um papel fundamental para o desenvolvimento de uma educação igualitária, transformando o ambiente escolar em um lugar inclusivo e transformador. É importante que a escola desmistifique a mentalidade racista e discriminatória que ainda existe na sociedade brasileira, a fim de vencer a imposição e o pensamento etnocentrismo europeu e passando a valorizar as relações étnico-raciais (BRASIL, 2013).

De acordo com Abramovay (2006) a Lei nº 10.639/2003 foi instituída a fim de reparar os danos e as injustiças causadas sobre a população negra e seus descendentes desde a sua chegada ao Brasil, durante o regime escravocrata. A lei configura-se assim uma política afirmativa, a partir da influência dos diferentes movimentos sociais, baseados no resgate da cultura africana e afro-brasileira enaltecendo as suas contribuições para o país como um todo.

Candau (2011) discute a importância desses movimentos sociais relacionando com a educação intercultural, podendo-se citar algumas das contribuições de movimentos negros como: a denúncia relacionada à discriminação racial, muito frequente ainda nos dias atuais, o combate à ideologia e ao preconceito contra o mestiço e a democracia racial ligada às questões sociais e raciais presentes entre diferentes grupos.

Outro documento voltado à regulamentação da legislação é o Parecer CNE/CP 003/2004 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, trazendo a obrigatoriedade desta área de estudo em todas as escolas brasileiras.

Para Verrangia e Silva (2010), essa legislação favoreceu as discussões a fim de contribuir para aprendizagens novas e significativas, trazendo a troca de experiências e a quebra de paradigmas enaltecendo o respeito, a equidade, o conhecimento e a valorização dessas culturas.

A escola é fundamental para que ocorra uma inversão da supervalorização do processo de escravidão transformando-a em palco de debate para o tema: “[...] e aí a realidade plural de um país como o Brasil fornece subsídios para debates e discussões em torno das questões sociais” (PCNs, 2007, p. 23-24).

Assim, a relevância do ensino da cultura africana e afro-brasileira não está ligada apenas a cumprir com uma política pública que pretende reparar os danos sofridos por essa população em especial, mas também de incluir esses povos na formação da história brasileira: “Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira” (BRASIL, 2013, p. 499).

Porém, é necessário destacar que a escola precisa desfazer essa mentalidade racista e discriminatória que dura há séculos no Brasil, com o intuito de superar o etnocentrismo europeu, desalienando os processos pedagógicos (BRASIL, 2013).

Já no caso da valorização da cultura indígena tem-se que o estudo da mesma foi regulamentado inicialmente pela Lei nº 11.645/2008, trazendo a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura dos povos indígenas nas escolas de Educação Básica.

A Lei em questão veio como uma ação afirmativa do governo federal, buscando entre outras medidas, trazer a igualdade de grupos e pessoas que foram desfavorecidas durante a história, conscientizando a sociedade de hoje que parte dessa população sofre ou já sofreu algum tipo de discriminação étnico-racial.

De acordo com Luciano (2006), ao que tudo indica, a ideia seria a reparação histórica e cultural exigindo um intenso debate, discussões e reflexões a respeito do tema, tanto na cultura brasileira quanto nos contextos acadêmicos, priorizando a valorização da contribuição indígena para o legado brasileiro.

Ainda, essa mudança ocorreu porque a história da cultura indígena era contada a partir do que estava descrito nos livros didáticos, a qual trazia o descobrimento do Brasil, e na sequência a história do povo indígena, baseados na colonização, catequização e escravidão: “(...) predominavam nos livros didáticos de história narrativos que abordavam os povos indígenas como representantes do passado, só aparecendo como primeiros habitantes do Brasil, concepções responsáveis pela formação de muitas gerações escolares” (BERGAMASCHI e GOMES, 2012, p. 56).

O documento instituído trouxe como orientação à inclusão no currículo das escolas a discussão de aspectos da história e cultura indígena que caracterizam a

formação da população brasileira, resgatando as contribuições desse povo na área social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. Nesse caso, o trabalho pode ser interdisciplinar, tendo destaque principalmente nas disciplinas/áreas de Arte, Literatura e História brasileiras.

Devemos destacar que nos livros didáticos de História a maioria dos textos reforça a idealização do índio pela visão dos colonizadores. São atribuídas denominações a certas situações violentas dos portugueses em relação aos povos indígenas durante o processo de colonização brasileira, considerando que a catequização não respeitou as crenças indígenas, afirmando que a escravidão era necessária para o processo de civilização desse povo.

Refletindo sobre essa questão e trazendo para o ambiente escolar, Silva (2007), discute que a escola é um espaço que já favorece as interações entre educandos de origens e níveis socioeconômico diferentes, tornando-se assim um espaço propício para o ensino de regras de convívio democrático e do respeito às diferenças.

Pensando nas práticas educacionais, a legislação foi necessária uma vez que até então, a população brasileira só valorizava ou reconhecia aquilo que lhe era passado como correto, baseado nas experiências e nas crenças de determinadas partes da sociedade, em detrimento da história e da cultura do negro e do indígena que foram tão importantes para a construção da sociedade brasileira.

Por isso, a escola é um ambiente laico, em que deve prevalecer as relações saudáveis, valorizando todas as culturas independentemente de questões pessoais. O docente neste caso é fundamental para contribuir com esse processo, desde a Educação Infantil a fim de conscientizar as crianças a riqueza histórias e cultura que o país possui.

1 QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS E A EDUCAÇÃO INFANTIL

A escola é fundamental para educar as crianças e adolescentes no tocante a diversidade de etnias, raças, gênero, religião, origem, dentre outras questões, uma vez que vivemos em uma sociedade multicultural que ainda não aprendeu completamente a conviver e respeitar as suas diferenças e diversidades. A família é muito importante nesse processo uma vez que possui estreita relação com a sua visão e com a formação da criança/adolescente no ambiente familiar, criando muitas vezes um hibridismo cultural, deixando a criança confusa entre o que é ensino na escola e o que é posto pela família:

As lógicas socializadoras das famílias, especialmente as das camadas populares, e das escolas são divergentes e muitas vezes contrastantes: para compreender as relações entre as famílias populares e a escola, é preciso levar em conta o fato de que essas relações colocam em jogo maneiras de estar com as crianças, maneiras de examinar as aprendizagens, maneiras de comunicar, ou, ainda, maneiras de regular os comportamentos juvenis ou infantis (BARBOSA, 2011, p. 12).

Pensando na criança, ao conviver com realidades diferentes como a questão das raças, culturas e crenças isso possibilita um comportamento diferenciado que pode resultar no futuro cidadãos com menos ou nenhum preconceito. O multiculturalismo trás as diversas culturas em uma sociedade que apresenta interesses políticos, sociais e econômicos muito diferentes, caracterizando as inúmeras diferenças culturais existentes até então.

Por isso, trabalhar a diversidade cultural é muito importante desde a Educação Infantil. Uma prática pedagógica baseada na valorização da cultura indígena, africana e afro-brasileira a partir da riqueza histórica, ajuda a combater a discriminação e o preconceito sofrido por esses povos e incentiva a equidade, o respeito e o reconhecimento por parte dos pequenos. Assim, o docente da Educação Infantil pode trabalhar esses temas a partir de atividades e projetos que desenvolvam na criança o respeito às diferenças (COSTA, 2016).

O docente deve escolher conteúdos que sejam significativos considerando diferentes possibilidades que podem ser desenvolvidas a partir da temática do negro e do indígena como, por exemplo: a cultura; os hábitos; a alimentação; a vestimenta; o tipo de moradia; os costumes; as crenças; o local onde vivem; as brincadeiras; as músicas; dentre outras questões.

Devemos dar destaque ao fato de que com o passar dos séculos, as mudanças sofridas pela sociedade promoveram a continuidade dessas culturas, fazendo com que os jogos e brincadeiras das culturas indígena e africana permanecessem na cultura brasileira.

Lembrando que o cuidar e o educar é muito importante nessa fase, favorecendo o desenvolvimento de atividades que instiguem a imaginação, a curiosidade, o respeito e a empatia, considerando que as crianças são agentes ativos dentro do processo de aprendizagem, sendo capazes de compreenderem as diferenças existentes entre os grupos sociais, sejam aqueles das quais fazem parte ou não.

Para isso o docente, pode escolher diferentes ações para contribuir com o ensino da cultura africana, afro-brasileira e indígena. No campo da literatura, existem diversos livros, contos e histórias relacionadas à cultura indígena e afro-brasileira, que trazem suas identidades e culturas, desenvolvendo o conhecimento de que essas histórias fazem parte das raízes que formam o povo brasileiro. Ainda, existem vídeos e canais no Youtube, por exemplo, de contação de histórias voltadas para esses povos disponíveis para serem utilizados com as crianças.

Já quanto aos brinquedos e brincadeiras existem vários sites na internet que disponibilizam a forma de confeccionar com essas crianças diferentes objetos e materiais. A ideia é não só conhecer e valorizar as brincadeiras de origem indígena e negra, como também possibilitar a elas a confecção dos próprios brinquedos.

No caso do trabalho artístico, diversas imagens e figuras podem ser encontradas em livros didáticos e na internet para representar o que está sendo discutido durante as atividades.

Quanto à alimentação pode ser interessante buscar imagens para ilustrar os pratos típicos de cada cultura e ao mesmo tempo fazer atividades de experimentação para que as crianças tenham contato com alimentos que tem origem ou fazem parte do consumo dos indígenas e negros.

Para se trabalhar as músicas, o docente pode trazer para a sala de aula o canto, a sonorização, a dança, além de instrumentos utilizados pelas culturas indígena e negra para explicitarem os seus costumes.

Ainda, deve-se alertar o docente de que essas atividades de valorização de culturas diferentes dos educandos, na maioria das vezes, não devem ser só trabalhadas no dia 19 de abril, dia oficial do Índio, e nem no dia 20 de dezembro referente ao dia da Consciência Negra. Ela deve ser inserida no currículo ao longo de todo o ano escolar, a fim de que esses conceitos sejam incorporados pela criança, fazendo com que ela compreenda que todas essas histórias fazem parte da construção da sua cultura direta ou indiretamente e conseqüentemente da história do seu país.

Como exemplo, podemos trazer a preocupação com relação às questões africanas, afro-brasileiras e indígenas da Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo. A referida rede trabalha nas escolas com dois momentos muito marcantes, que são trabalhadas em momentos específicos, ao mesmo tempo em que os docentes as trabalham ao longo de todo o ano.

O Agosto Indígena trata-se de um evento realizado sempre no mês de agosto de cada ano. Para os docentes, ocorrem seminários que discutem o protagonismo indígena, a sua história, formas de se trabalhar com o tema nos mais variados campos de atuação sejam eles históricos, sociais e/ou políticos, a fim de possibilitar a inclusão desse tema no currículo oficial da rede.

Em 2018, a Secretaria Municipal de Educação (SME) promoveu no mês de agosto a III Mostra Cultural Agosto Indígena, celebrando a cultura indígena com atividades diferenciadas nas Unidades Educacionais e no Centro Educacional Infantil (CEI) Cidade Dutra, trazendo atividades diferenciadas como exposições, festas temáticas e a contação de histórias nas bibliotecas dos CEUs.

Tudo isso foi baseado no aprimoramento de atitudes, habilidades e competências, a fim de promover a integração e o intercâmbio dessas crianças, ampliando as oportunidades de socialização, autoestima, integração social e cultural.

Já em 2019, como parte integrante do Currículo da Cidade de São Paulo e trazendo escritores referendados nas questões indígenas como Cristino Wapichana e Daniel Munduruku, o material “Povos Indígenas: Orientações Pedagógicas” contemplou diferentes reflexões acerca da presença indígena no território brasileiro, bem como sua diversidade, cultura, suas crenças e suas respostas ancestrais aos dramas do cotidiano por eles vividos.

Vários foram os desafios pertinentes a essa obra para trazer o povo indígena para a nossa contemporaneidade, desde a formação da identidade nacional e apresentar um novo modelo de abordagem sobre o tema em questão.

Com relação ao Novembro Negro, “O potencial da obra de Lima Barreto” foi o principal tema do IV Seminário Novembro Negro do ano de 2017. A atividade foi organizada pela Divisão de Educação Étnico-Racial da Secretaria Municipal de Educação (SME), tendo como objetivo promover uma reflexão sobre a literatura negra brasileira em suas diversas vertentes, a partir da obra de Lima Barreto e Luiz Gama.

Já no ano de 2019 a Prefeitura de São Paulo no ano de 2019 apresentou mais de 750 atividades protagonizadas por artistas negros, contando com shows, palestras, encontros, cinema, dança, teatro, programação infantil, debates, entre outras questões estendendo a comemoração e a valorização do negro não só para dentro das escolas, mas também para fora delas.

Ao mesmo tempo, o Núcleo para Educação Étnico-Racial, realizou o V Seminário Novembro Negro, incentivando práticas pedagógicas a partir de novas temáticas e abordagens a respeito do espaço, do território e da memória ampliando a percepção humanizada sobre a experiência histórica do povo negro na sociedade brasileira.

No chão da escola, podemos exemplificar o evento realizado no CEI Maria Henriqueta Catite, pertencente à Diretoria Regional de Educação (DRE) Jaçanã/Tremembé, que acolheu os bebês, crianças e famílias de forma diferente. No início de 2019 o CEI começou a desenvolver um projeto chamado de “O processo de acolhimento às crianças em situação migratória: diálogos com o Currículo”. O ano letivo havia iniciado com um total de 151 crianças matriculadas, das quais oitenta eram provenientes de diferentes regiões brasileiras, e também de outros países como Angola, Bolívia e Hungria, fazendo com que a escola e o pedagógico fossem voltados para o trabalho e a valorização das questões étnico-raciais, partindo do conceito de equidade.

A prática foi baseada em um acolhimento mais humanizada analisando e considerando as histórias de vida de cada família e criança, respeitando assim a língua materna falada e as suas interações, valorizando diferentes crenças e planejando brincadeiras voltadas para essas culturas. Assim, contribui-se para ampliar o repertório de toda a comunidade, através do compartilhamento de novas culturas e de relações respeitadas para além dos muros da escola.

Dentro desse contexto o Projeto “Acolhimento às crianças em situação migratória”, aproveitou a discussão para trabalharem conjunto com a ação “Escravo, nem pensar”, em parceria com o Núcleo étnico-racial e com a ONG Repórter Brasil, desenvolvendo oficinas de confecção de bonecas de feltro representando as crianças e suas famílias, abrindo espaço para a discussão das barreiras linguísticas, da qualidade de vida, da moradia, da socialização e da oferta de trabalho para imigrantes, além das diferenças culturais, sociais e crenças.

Assim, como foi possível observar, a questão étnico-racial é muito valorizada na Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo, trabalhando a questão do negro e do indígena de forma leve e importantíssima, no tocante as contribuições ao longo da história e na sociedade atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve por objetivo realizar levantamento bibliográfico documental e trazer discussões a respeito das Leis nº 11.645/2008 e nº 10.639/03, que instituiu a obrigatoriedade da cultura indígena e da cultura africana e afro-brasileira nas escolas de todo o Brasil, bem como a discussão das práticas pedagógicas voltadas para esse ensino em especial, na Educação Infantil.

Interessante destacar o trabalho da Rede Municipal de Ensino de São Paulo com relação às culturas indígena e negra, que foram até então marcadas por preconceito, discriminação, escravidão, descrença, entre tantas situações sofridas por eles.

Assim, a inclusão dessas temáticas no ambiente escolar deve estar pautada no respeito ao outro, às diferenças e a valorização das contribuições sociais e culturais que os povos negro e indígena trouxeram para a formação da sociedade brasileira. Para isso, devem-se valorizar suas organizações sociais, tradições, crenças, sabedorias, costumes, entre outras situações.

A escola por sua vez deve repensar a sua postura tradicionalista reformulando suas práticas a partir de uma perspectiva intercultural valorizando as questões étnico-raciais e sendo imparcial porque enquanto instituição social, ela é demarcada por diferentes momentos históricos, sociedades e culturas. A escola reflete a sociedade em que vivemos, devendo viabilizar a apropriação de conhecimentos socialmente relevantes, além de contribuir para fortalecer as diferentes identidades que a compõe e para a formação e o exercício da cidadania.

Por fim, é preciso transformar de maneira positiva a imagem do negro e do indígena desde a Educação Infantil, compreendendo toda a Educação Básica. O docente nesse caso deve desenvolver atividades relacionadas às questões étnico-raciais com as crianças desde pequenas, para que elas cresçam ao mesmo tempo em um ambiente que é muito diverso, mas ao mesmo tempo com equidade. Por isso a educação é tão essencial para lidar com essas questões, valorizando o respeito à cultura, a crença, a vivência e principalmente as diferenças, para que ao crescerem possam construir um país mais justo e igualitário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, L.M.A. (Org.). **Relações Étnico-Raciais em Contexto Escolar: fundamentos, representações e ações**. São Carlos: EdUFSCar, 2011. 71 p.

BERGAMASCHI, M.A.; GOMES, L.B. **Ensaio de educação intercultural**. Currículo sem fronteiras 12.1 (2012): p. 53-69.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2013.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL (1996). **LDBEN – Lei 9.394/96**. Estabelece Leis, Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2008.

CANAU, V. M. **Educação em direitos humanos e diferenças culturais: questões e buscas**. In: CANAU, Vera Maria (Org.). *Diferenças culturais e educação: construindo caminhos*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2011, p. 13-34.

COSTA, J.C.S.C. **“A importância da valorização da cultura indígena na educação infantil: relato de prática pedagógica”**. In: ANAIS DO CONGRESSO INFANTIL DE EDUCAÇÃO INFANTIL / CONGRESSO DE CRECHES UNIVERSITÁRIAS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE/UDUAL, 2016. Anais eletrônicos... Campinas, GALOÁ, 2018. Disponível em: <https://proceedings.science/coneinf-concuni/trabalhos/a-importancia-da-valorizacao-da-cultura-indigena-na-educacao-infantil-relato-de-pratica-pedagogica>. Acesso em: 30 abr. 2020.

LUCIANO, G.S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: SECADI/LACED, 2006.

SILVA, P.V.B. **Desigualdades raciais em livros didáticos e literatura infanto-juvenil**. In: COSTA, Hilton e SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. (org). *Notas de História e cultura afro-brasileiras*. Ponta Grossa: Editora UEPG/UFPR, 2007.

VERRANGIA, D.; SILVA, P.B.G. *Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de Ciências*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.36, n.3, p. 705-718, set./dez. 2010.

_____. **Agosto Indígena na DRE Capela do Socorro - Eventos, projetos e atividades celebram a cultura indígena**. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/agosto-indigena-na-dre-capela-do-socorro/>. Acesso em: 29 abr. 2020.

_____. **Coleção de livros infantis sobre cultura indígena**. Disponível em: <https://leiturinha.com.br/blog/livros-infantis-sobre-cultura-indigena/>. Acesso em: 28 abr. 2020.

_____. **Festival destaca brincadeiras indígenas na Rede Municipal de Ensino.** Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/festival-destaca-brincadeiras-indigenas-na-rede-municipal-de-ensino>. Acesso em: 27 abr. 2020.

_____. **Seminário Agosto Indígena.** Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/seminario-agosto-indigena/>. Acesso em: 26 abr. 2020.